

# QUEM TEM MEDO DE PRIVATIZAÇÃO?

Jarbas Passarinho

No fim dos anos 80, mesmo os países socialistas europeus começaram a abandonar as economias de planejamento centralizado, em diferentes graus de reforma, desde o mais acentuado, como na Hungria já em 1968, até a União Soviética sob a liderança de Gorbachev, na vigência da perestroika e da glasnost. Isso caracterizava o abandono progressivo da estatização que, em certo momento do desenvolvimento econômico, fora a solução que pareceu mais apropriada àquelas nações presas aos princípios marxistas. A ineficiência da Nova Classe, que Djilas pintou de maneira irretocável, evidenciada na gestão burocrática das empresas, levou à imitação do que fizera, com bom sucesso, o governo Thatcher ao reformar a economia inglesa. A economia de transição posterior ao colapso da URSS aboliu a propriedade coletiva dos bens de produção, exceção da China, que inventou um "socialismo de mercado", combinando economia de mercado com a preservação das empresas estatais.

Os principais indicadores da economia mostram que o pior resultado obtido tem sido o da Rússia, que praticou a privatização em seu modelo radical, o big bang. Deu a cada cidadão um número igual de vouchers, supondo democratizar a propriedade, depois de 72 anos de confisco da propriedade privada. O resultado foi desastroso. Os vouchers acabaram sendo vendidos a preço vil, do que se aproveitaram antigos diretores das estatais, comprando-os de sorte que hoje essas empresas continuam sem capacidade de competição. Já a China preferiu abrir o mercado a empresas, inicialmente familiares, mas depois sob sociedades anônimas for-

çando a competição com as antigas estatais. Elas vêm-se tornando minoritárias no conjunto da economia, representando não mais do que 35% a 40% do grosso da produção industrial, muitas delas ainda dependendo de subsídios do Estado. A privatização tipo big bang na China teria sido calamitosa. Geraria brutal desemprego, com ameaça drástica ao regime ainda despótico. No Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1997, foi tomada a decisão de permitir a privatização de pequenas empresas ineficientes e irreversíveis, ao passo que as grandes e médias empresas ficariam de transformar-se em unidades independentes. Deve-se isso ao talento de Deng Xiaoping, que preferiu o que os militares chamam de marcha do pagão: primeiro o bico firmemente fixado na árvore, depois as garras e assim sucessivamente. Em linguagem chinesa, "cruzar o rio saltando de uma pedra para a outra das margens". Mais importante: as reformas não foram aplicadas em todo o imenso território ao mesmo tempo. Complementaram-nas as Zonas Especiais de Economia, facilitando exportações e importações, com a reforma dos portos.

Até o momento as reformas restringiram-se ao campo econômico. A China inverteu o modelo adotado pelos europeus socialistas. Partiu do princípio de que um sistema político estável tem maior possibilidade de fazer reformas econômicas, com o abandono do dogma marxista da propriedade coletiva, do que o contrário. Por isso, está recebendo investimentos maciços dos capitalistas, para quem o que interessa é o lucro e não necessariamente se o regime é aberto ou fechado, democráti-

co ou ditatorial, mas estável e confiável para retorno do capital investido.

Quanto ao triste episódio da privatização da Telebrás, o PT informa não ser visceralmente contrário a privatizar, tanto que teria apresentado um projeto. Nisso deve ser diverso do que pensa o engenheiro Brizola, infenso a todo tipo de privatização. Para ele, a siderúrgica de Volta Redonda era intocável, por herança do dr. Getúlio Vargas. A Vale do Rio Doce, porque era estratégica! Onde já se viu condição estratégica para vendedor de minério de ferro, dos mais abundantes em todo o mundo? Ainda pela mesma razão invocada pelos que se julgam nacionalistas puros, está a suposta natureza estratégica da Telebrás. Os Estados Unidos, a maior potência militar do mundo, não possuem uma estatal de telecomunicações, mas Cuba com certeza tem. E a Coreia do Norte, que passa por epidemia de fome, também. São, possivelmente, os exemplos que inspiram os ferrenhos inimigos das privatizações, porque não querem render-se ao exemplo das empresas russas e alemãs do período comunista: ineficientes, anacrônicas como o regime, sucatas empregadoras de burocratas.

A nação tomou conhecimento da incapacidade de as estatais de telecomunicações satisfazerem os pedidos de instalações de linhas. Pior, fica-se sabendo que dezenas de milhares de telefones, por exemplo, foram pagos há muito e até agora não estão instalados. Todos sofremos a irritante frequência com que cai a linha, interrompendo as ligações em curso. Isso para não falar do tempo que se espera para o conserto de um telefone. Sei que as empresas não

devem ser debitadas por isso, como se só delas dependessem as falhas. Técnicos competentes existem nas estatais. Servidores dedicados, idem. Mas a queixa deles mesmos vem da falta de investimentos do patrão, o Estado, que era o detentor do monopólio. No período do "milagre" o avanço nesse campo foi tão notável que as críticas da oposição ao governo passavam longe das telecomunicações. Como enfatizou o falecido Sérgio Motta, houve constante e acumulada escassez de investimentos, e as deficiências avultaram prejudicando os usuários e gerando demanda contida.

O PT, porém, reclama a adoção do seu projeto. Qual? Precisamente o implantado na China. Louve-se o avanço, pois quem consultar os anais da Constituinte verificará que as esquerdas foram as grandes responsáveis pelo monopólio estatal das telecomunicações. Se não reformada a Constituição como foi, seria impossível o que agora defende o PT. De resto, o modelo chinês pressupõe um regime marxista em transição para a economia de mercado, o que não é o nosso caso. Há no partido, porém, vozes sensatas, como a do deputado José Genoino, que em artigo recente para o *Correio Brasileiro* concorda com a privatização, "como imposição da realidade", ainda que discorde do modelo adotado. Seus argumentos, sim, merecem a atenção do governo, que certamente não deseja gerar um monopólio privado, nem abrir mão do compromisso de as concessionárias universalizarem a prestação dos serviços. Isso, sim, é essencial.

■ Jarbas Passarinho, presidente da Fundação Milton Campos, foi ministro de Estado, governador e senador